tónio de Oliveira Salazar — Augusto Cancellia de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caeiro da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — Daniel Maria Vieira Barbosa — Manuel Gomes de Araújo.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Económicos e Consulares

Aviso

Por ordem superior se faz público que, segundo comunica o Conselho Federal Suíço, o Governo de Sua Magestade Britânica no domínio da Nova Zelândia, por carta de 6 de Março de 1947, declarou aplicável à Samoa Ocidental a ratificação da Convenção Postal Universal, concluída em Buenos Aires em 23 de Maio de 1939, e do Acordo relativo às cartas e pacotes com valor declarado.

Direcção Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 9 de Junho de 1947. — O Director Geral, *Luis Esteves Fernandes*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

1.ª Repartição

Decreto n.º 36:364

Atendendo ao que foi proposto pelos governadores gerais de Angola e Moçambique e sendo igualmente necessário tomar algumas medidas de carácter legislativo;

Tendo em vista o artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português e nos termos do seu § 2.º, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 28.º do Acto Colonial, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Ao artigo 3.º do decreto n.º 35:770, de 29 de Julho de 1946, é adicionado o seguinte parágrafo:

§ 8.º Às verbas destinadas a remunerar por qualquer motivo legal as autoridades gentílicas não é aplicável o disposto no § 5.º

Art. 2.º O Ministro das Colónias, sempre que o julgue conveniente, determinará, por despacho, que uma parte do saldo da conta do exercício apurado em cada ano económico seja aplicada na amortização dos empréstimos contraídos pelas colónias.

Art. 3.º Quando, em execução do disposto no artigo 67.º, § único, do decreto n.º 26:180, de 7 de Janeiro de 1936, e no artigo 3.º do decreto n.º 30:039, de 7 de Novembro de 1939, o tempo de serviço a atribuir a alguma colónia seja inferior a dois meses, ou dele resulte quota-parte na pensão inferior a 120\$ anuais, será esse tempo adicionado ao tempo de serviço a distribuir proporcionalmente pelas outras colónias.

§ único. Serão rectificadas pela repartição competente as portarias dos actuais aposentados ou desligados do serviço para aposentação, quando o tempo de serviço tenha sido distribuído de modo diferente do que neste artigo se determina ou produza para alguma colónia quota-parte na pensão inferior ao mínimo nele estabelecido.

Art. 4.º É autorizado o governo da colónia de Moçambique a mandar proceder à anulação dos conhecimentos da contribuição predial rústica existentes nas recebedorias de Fazenda, cuja cobrança foi suspensa pelo § único do artigo 89.º do decreto n.º 30:945, de 8 de Dezembro de 1940.

Art. 5.º As dotações inscritas na tabela de despesa ordinária do orçamento geral da colónia de Angola para 1947 atribuídas à 5.ª delegação de sanidade pecuária (Gabela) passam a ser consignadas à 5.ª delegação de sanidade pecuária (Vila Nova do Seles).

Art. 6.º O quadro do pessoal assalariado da Capitania de Quelimane mencionado sob a rubrica «Embarcações de pilotagem, balizagem e pequenas embarcações ao serviço na Capitania do Porto de Quelimane e nas delegações marítimas de Pebane e Macuze» é aumentado com um condutor de motores a óleos pesados (europeu), com o salário anual de 26.400\$.

Art. 7.º O quadro do pessoal assalariado da Capitania do Porto de Chinde indicado sob a rubrica «Embarcações de pilotagem» é aumentado com o pessoal assalariado seguinte:

8 marinheiros indígenas, com o salário anual de 1.800\$ cada, 14.400\$;

1 condutor de embarcações automóveis (indígena), com o salário anual de 2.400\$.

Art. 8.º É autorizado o governador geral da colónia de Moçambique a abrir, observadas as formalidades legais aplicáveis, um crédito especial de 43.200\$, destinado a suportar os encargos criados pelos artigos 6.º e 7.º do presente decreto, saindo a contrapartida das disponibilidades do capítulo 9.º, artigo 1072.º, n.º 3) «Despesas com o pessoal — Remunerações certas ao pessoal em exercício — Pessoal assalariado», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral daquela colónia em vigor.

Art. 9.º O disposto nos artigos 6.º a 8.º entrará em vigor em 1 de Janeiro do ano corrente.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» de todas as colónias.

Paços do Governo da República, 21 de Junho de 1947. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar — Teófilo Duarte.*